

Políticas de inclusão escolar em municípios do Rio Grande do Sul (2007 - 2013)

Bruna G. S. Alós (UFRGS)

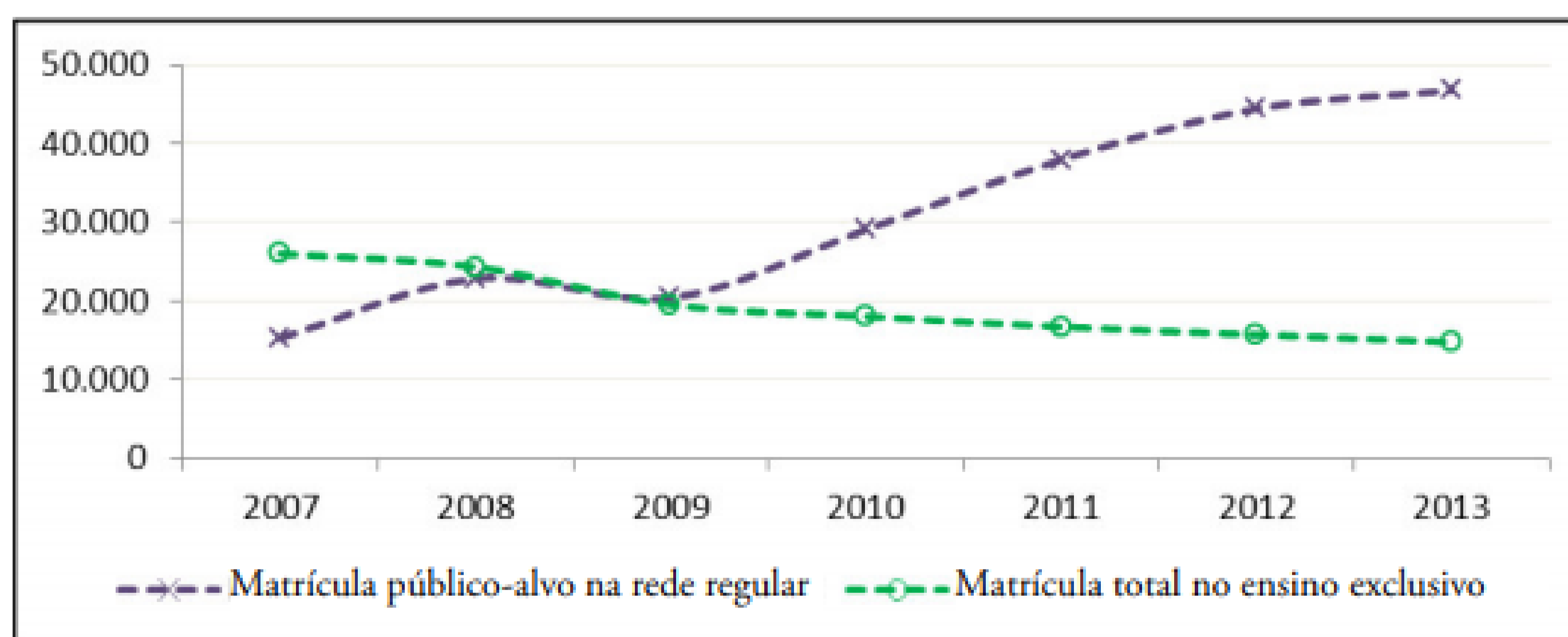
Claudio Roberto Baptista (UFRGS - Orientador)

Introdução: Conforme as bases normativas da educação brasileira, os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos considerados público-alvo da educação especial em classes comuns do ensino regular e devem organizar-se a fim de assegurar uma educação de qualidade para todos, oferecendo o atendimento educacional especializado (AEE) aos alunos que dele necessitam. Os municípios investigados fizeram parte de um programa do Ministério da Educação denominado Educação Inclusiva: direito à diversidade (MEC/SECADI), na condição de municípios-polo, e foram escolhidos em função de sua importância estratégica para o estado do Rio Grande do Sul. A presente investigação foi realizada no projeto “Políticas de Inclusão: configurações do AEE e trajetórias escolares de alunos com deficiência”.

Objetivo: Investigar a implementação de políticas de inclusão escolar nas Redes Públicas de Ensino nos municípios de Bagé, Cachoeira do Sul, Capão da Canoa, Caxias do Sul, Cruz Alta, Estrela, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria, Santo Ângelo, São Borja, Uruguaiana e Vacaria, no período de 2007 a 2013.

Metodologia: Foram analisados os dados das matrículas de redes públicas de ensino comum e do ensino exclusivamente especializado, além de entrevistas com a coordenação de educação especial e a supervisão pedagógica da Secretaria de Educação dos municípios envolvidos.

Desenvolvimento: Sobre os dados relativos às matrículas dos alunos público-alvo da educação especial no ensino comum, as redes públicas de ensino apresentam aumento, variando, entre 2007 e 2013, de 15.268 a 46.738, respectivamente. No ano de 2007, 5.051 matrículas eram na rede municipal e 10.217 na rede estadual. Em 2013, as matrículas na rede municipal somavam 27.220 e na rede estadual 19.518; Considerando o mesmo período, nessas redes, no ensino exclusivamente especializado, as matrículas diminuem de 26.002 em 2007 para 14.761 em 2013. A partir do ano de 2009 houve um aumento expressivo do número de matrículas no ensino comum e consequente diminuição no ensino exclusivamente especializado.



Fonte: INEP/MEC

Conclusão: Podemos concluir que o maior contingente dos alunos público-alvo da educação especial estão matriculados nas redes comum de ensino. No estado do Rio Grande do Sul, fica evidente uma relação entre o aumento do público-alvo da educação especial no ensino regular e a sua correspondente diminuição na modalidade exclusiva. Esse fato está em sintonia com as diretrizes da educação especial na perspectiva inclusiva e propõem a consolidação das políticas de inclusão escolar nos municípios estudados.

Referência: BAPTISTA, C. R.; FREITAS, C. R.; MEIRELLES, M. C. B; Educação Especial no Rio Grande do Sul: Uma análise de indicadores de matrículas na Educação Básica (2007-2013). In BAPTISTA, C. R. (Org). *Escolarização e Deficiência*. São Carlos: Marquês & Manzini, 2015. p. 265 - 297.